

O posto fronteiriço de Namaacha, outrora considerado uma via importante de acesso rodoviário das províncias do sul do país para os países vizinhos, nomeadamente Suazilândia e África do Sul, continua fonte maior de captação de receitas para o desenvolvimento económico nacional, embora se diga que grande parte de mercadorias que por ali passam foge do controlo fiscal aduaneiro. Com efeito, mais do que a diversificada carga vinda do reino da Suazilândia, quase toda a quantidade de produtos provenientes da República da África do Sul, via terrestre, atravessa por aquele distrito.

Todos os dias, incluindo sábados e domingos, centenas de camiões "supercavalos" saem ou entram daquele posto para a capital do país e vice-versa. O movimento de outros agentes económicos, entre importadores e exportadores, e de pessoas singulares que se deslocam àquela região também é maior.

Por outro lado, fala-se de roubos das bagagens nos armazéns dos serviços da Alfândega, de pessoas e mercadorias que deliberadamente fogem do fisco da sobretaxa dos direitos aduaneiros aplicada sobre os produtos que transitam. É diz-se que existe contrabando de substâncias proibidas, como presas de animais raros (pontas de elefantes e chifres de rinocerontes e peles), pedras preciosas e semi-preciosas, drogas e armas de fogo e igualmente se revela que há redes de indivíduos com base na cidade de Maputo que se dedicam à organização de violações sistemáticas da fronteira e de tráfico de homens que são vendidos na condição de escravos para as plantações da África do Sul. Para estes efeitos são utilizados antigos militares desmobilizados e adolescentes desempregados oriundos de Maputo, Gaza, Inhambane e outras províncias do país.

Entretanto, fora da aludida conivência entre os contrabandistas traficantes e os polícias fiscais, e outras autoridades de direito afectas naquele posto (entidades aduaneiras, serviços de migração e segurança, e soldados da guarda fronteira), as autoridades, por sua vez, se queixam da inexistência de meios e equipamentos modernos adequados e ainda de falta de pessoal qualificado para o controlo efectivo e fiscalização. Para a verificação da linha da fronteira e dos produtos que passam trabalha-se a olho nu, uma situação que é agravada pelos efeitos da guerra que assoia a zona há já vários anos.

A falta de estímulos para os funcionários e de uma política aduaneira correcta bem como as taxas alfandegárias aplicadas sobre os custos das mercadorias que entram ao país, consideradas demasiadamente elevadas (proibitivas) são outros dos motivos apontados como factores para o surgimento de muitas anomalias. Os denunciantes são mantidos em silêncio com medo de represálias, numa situação em que impera a lei do gatilho, do medo e de desconfiança mútua entre os residentes daquela vila.

Uma equipa da nossa Reportagem, recentemente enviada para aquele ponto do país, 76 quilómetros da cidade-capital, pôde testemunhar que naquele distrito reside a chave dos problemas aduaneiros que afectam a primeira secção da Alfândega de Maputo em relação a mercadorias provenientes da África do Sul e Suazilândia. Fontes contactadas pelo "Domingo" denunciaram que em Namaacha igualmente se encontra demarcado o posicionamento de indivíduos bem colocados, sem amor à Pátria, apostados em ganhar riquezas bruscamente à custa da destruição da economia do país. Contudo, apelaram a que o combate deve ser desencadeado dirigido a nível nacional. Para as nossas fontes, muitos dos problemas não são novidade.